

LD Florestal S.A.

**Demonstrações financeiras do
exercício findo em
31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	4
Balanço patrimonial	7
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

A LD Florestal S.A. é uma joint venture entre a austríaca Lenzing Aktiengesellschaft e a brasileira Duratex S.A, com participação de 50% de cada empresa respectivamente.

O Grupo Lenzing, com sede na Áustria, é líder mundial na produção de fibras de celulose. Mantém operações em 17 localidades e emprega mais de 6.800 pessoas no mundo todo. Possui 2 unidades de celulose solúvel e sua capacidade de produção total é de 600 mil toneladas/ano. Com 7 fábricas para produção de fibras, com diversas aplicações, tem capacidade total de produção de 1 milhão de toneladas.

A Duratex S.A. é uma empresa brasileira de capital aberto e público, controlada pela Itaúsa - Investimentos Itaú S.A - e Companhia Ligna de Investimentos. Com as marcas Deca, Hydra, Duratex, Durafloor, Ceusa e Portinari, é considerada uma das 10 maiores empresas do mundo nos setores em que atua e a maior produtora de painéis e pisos de madeira industrializados, louças sanitárias e acessórios de metal do Hemisfério Sul, além de ser um dos maiores produtores de ladrilhos cerâmicos do Brasil.

A Companhia detém contratos de arrendamento de terras para plantação e manejo de florestas de eucaliptos, bem como florestas de eucaliptos em formação, que serão futuramente fornecidas para a LD Celulose como matéria-prima para a produção de celulose solúvel.

Durante o ano de 2020, a LD Florestal firmou 11 contratos de arrendamento de terras, que são utilizados para o cultivo de eucalipto, totalizando uma área de 8.130 hectares. Além das terras arrendadas para a plantação e manejo de florestas de eucalipto, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação, que somam R\$ 48,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Os serviços relacionados a operação florestal da LD Florestal são fornecidos pela LD Celulose.

Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, a LD Celulose S.A. informa que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não contratou serviços adicionais além da auditoria das suas demonstrações financeiras.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio recebido dos acionistas, a dedicação e o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria com todos os nossos fornecedores.



KPMG Auditores Independentes
Av. dos Municípios, 146, SI-03
1º andar - Tabajaras
38400-254 - Uberlândia/MG - Brasil
Caixa Postal 1024 - CEP 38400-970 - Uberlândia/MG - Brasil
Telefone +55 (34) 3303-5400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da

LD Florestal S.A.

Indianópolis - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da LD Florestal S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LD Florestal S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à LD Florestal S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar à este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa

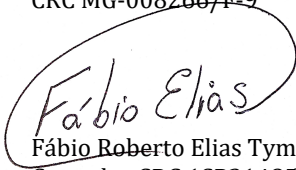
opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Uberlândia, 24 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC MG-008266/F-9

A handwritten signature in black ink that reads "Fábio Elias". The signature is enclosed within a hand-drawn oval.

Fábio Roberto Elias Tymburibá
Contador CRC 1SP2148590-2

LD Florestal S.A.

Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.387	82.774
Arrendamentos a receber	9	10.265	3.758
Impostos a recuperar		3.330	2.162
Outros créditos		28	1.001
Total do ativo circulante		18.010	89.695
Arrendamentos a receber	9	212.101	160.064
Mútuo com partes relacionadas	11	135.529	113.839
Ativo biológico	10	48.039	-
Imobilizado e intangível		2.016	1.966
Direito de uso	12	68.590	-
Total do ativo não circulante		466.275	275.869
Total do ativo		484.285	365.564

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores	13	12.291	-
Impostos a recolher		275	266
Imposto de renda e contribuio social a recolher	19	139	1.340
Outras contas a pagar		48	22
Passivo de arrendamento	12	11.936	5.948
Total do passivo circulante		24.689	7.576
Fornecedores	13	945	-
Passivo de arrendamento	12	260.413	160.064
Total do passivo não circulante		261.358	160.064
Patrimnio líquido	15		
Capital social		177.452	177.452
Reserva legal	15 c.	156	139
Reserva de investimento	15 d.	575	511
Reserva de lucros		20.055	19.822
Total do patrimônio líquido		198.238	197.924
Total do passivo e patrimônio líquido		484.285	365.564

As notas explicativas são parte integrante das demonstraes financeiras.

LD Florestal S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Despesas gerais e administrativas		(797)	-616
Outras receitas/despesas operacionais	17	(2.495)	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(3.292)	(616)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	4.921	5.611
Despesas financeiras	18	(1.151)	(968)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		478	4.027
Imposto de renda e contribuição social	19	(139)	(1.340)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		339	2.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Florestal S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019 (Não auditado)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	339	2.687
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>339</u></u>	<u><u>2.687</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Florestal S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reservas de lucro	Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2019 (Não auditado)	42.939	(1.000)	5	17.780	-	-	59.724
Aumento de capital social	134.513	1.000	-	-	-	-	135.513
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.687	2.687
Reserva legal	-	-	134	-	-	(134)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	511	(511)	-
Destinação de reservas	-	-	-	2.042	-	(2.042)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	177.452	-	139	19.822	511	-	197.924
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	339	339
Reserva legal	-	-	17	-	-	(17)	-
Reserva de investimentos	-	-	-	-	64	(64)	-
Destinação de reservas	-	-	-	255	-	(255)	-
Dividendos a pagar	-	-	-	(22)	-	(3)	(25)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	177.452	-	156	20.055	575	-	198.238

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LD Florestal S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

		2020	2019 (Não auditado)
Lucro (prejuízo) do período	Nota	339	2.687
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
<i>Ajustes para:</i>			
Variação no valor justo de ativo biológico	10	1.723	-
Depreciação direito de uso	12	1.731	-
Resultado na venda de ativo imobilizado		-	-
Provisões de juros sobre mútuos concedidos	11 b. -	2.690	-
Outras provisões			
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes	-	183	- 158.104
Impostos a recuperar	-	1.168	- 2.162
Impostos a pagar/recolher		408	1.548
Outros créditos		972	- 3.677
Fornecedores		4.975	- 24
Outras contas a pagar		2	- 1.626
Arrendamentos		-	163.822
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	1.600	
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades operacionais		6.109	2.464
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de ativo biológico	-	48.708	-
Aquisição de imobilizado	-	50	- 2.966
Concessão de mútuo com parte relacionada	11 b. -	163.000	- 108.330
Recebimento de juros sobre mútuo com partes relacionadas	11 b.	2.637	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de investimentos		209.121	111.296
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Aumento de capital		-	135.513
Pagamento de principal de arrendamentos	-	15.138	-
Recebimento de principal de mútuo	11 b.	141.363	-
Distribuição de lucros e dividendos		-	-
Caixa líquido gerado nas (aplicado nas) atividades de financiamentos		126.225	135.513
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquidos		76.787	26.681
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		82.774	56.093
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		4.387	82.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

A LD Florestal S.A. (“Companhia”) tem sua sede, foro e domicílio no município de Indianópolis/MG, na estrada BR 365, KM 574, CEP 38.490-000. Foi constituída em 7 de fevereiro de 2018, com o objetivo principal de cultivo florestal e arrendamento de terras.

Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. (arrendadora), no qual a LD Florestal S.A. subarrendou as terras arrendadas da Ligna para a Duratex S.A., essa cessão foi feita com a anuência da Ligna Florestal Ltda. Na mesma data foi firmado contrato de usufruto oneroso entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. transferindo o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A., a partir de 1º de fevereiro de 2020. Dessa forma a Companhia reconheceu em seu balanço um passivo de arrendamento decorrente de sua obrigação contratual com a Ligna e em contra partida reconheceu um arrendamento a receber da LD Celulose S.A. decorrente de seu direito contratual.

Durante o ano de 2020, a LD Florestal firmou 11 contratos de arrendamento de terras, que são utilizados para o cultivo de eucalipto, totalizando uma área de 8.130 hectares, e registrou em seu balanço R\$ 47.826 referente a direito de uso e passivos de arrendamento. Além das terras arrendadas para a plantação e manejo de florestas de eucalipto, a Companhia adquiriu florestas de eucaliptos em formação, que somam R\$ 48.039 milhões em 31 de dezembro de 2020. Os serviços relacionados a operação florestal da LD Florestal são fornecidos pela LD Celulose.

As medidas restritivas adotadas por governos em países em todo o mundo para mitigar a propagação da pandemia da COVID-19 não impactaram significativamente a Companhia e seus fluxos de caixa.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2021.

O resumo das principais políticas contábeis da Companhia está apresentado na Nota Explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras foram apresentadas em Reais, arredondadas para o valor inteiro mais próximo, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 12:** prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota Explicativa 9:** mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

(iii) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Administração revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a Administração analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Administração reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 10** - ativos biológicos;

5 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que é mensurado a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda;

6 Resumo das principais políticas contábeis

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia, nessas demonstrações financeiras, está descrito abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma em nota explicativa.

a. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- receita de juros;
- despesas de juros; e
- ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

b. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta mil reais) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não foram reconhecidos ativos ou passivos fiscais diferidos, pois os valores não são materiais. Não há prejuízos fiscais acumulados e base negativa de contribuição social.

c. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia são compostos por reservas florestais e são mensurados pelo valor justo, deduzidos dos custos de venda, sendo que quaisquer alterações são reconhecidas no resultado.

d. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- **Ativos financeiros a VJR:** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros a custo amortizado:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- ***Instrumentos de dívida a VJORA:*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
- ***Instrumentos patrimoniais a VJORA:*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

e.1 Ativos financeiros não derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia optou por mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações e análises de cenários futuros. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o credor pague integralmente suas obrigações de crédito, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

Risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia visam minimizar problemas decorrentes de inadimplência, observando análise de risco e fraude, com base em documentos, garantias legais e demais informações de cada cliente. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito) e diversificação de suas operações (pulverização do risco).

Um título de dívida com risco de crédito alto é considerado quando o cliente já possui histórico de atrasos considerável, ou que tenha problemas passíveis de inadimplência no decorrer da vida esperada do instrumento financeiro.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Apresentação da provisão para perdas (impairment)

Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

As perdas por *impairment* relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, são apresentadas na demonstração do resultado, na rubrica de outras receitas operacionais líquidas.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

e.2 Ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Com base nas informações atualmente disponíveis, a Administração desconhece a perda por deterioração de ativos ou mudanças nas circunstâncias de negócio, que justifiquem o reconhecimento de uma perda em função da não recuperação dos referidos ativos.

f. Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(ii) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas.

g. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

Algumas políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa 5).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Reforma da taxa de juros de referência- Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11, CPC 06).
- Concessões de aluguel relacionadas a COVID-19 (alterações ao CPC 06);
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante. (alterações ao CPC 26).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Caixa e bancos	14 b.	4.387	2.270
Aplicações financeiras (i)		-	80.504
		<u>4.387</u>	<u>82.774</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2019 os CDBs e operações compromissadas possuíam remuneração média de 95,25% do CDI.

9 Arrendamentos a receber

Composição do saldo

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Partes relacionadas – Duratex Florestal S.A (i)		-	163.822
Partes relacionadas – LD Celulose S.A (i)		222.366	-
		222.366	163.822
Circulante	14 a.	10.265	3.758
Não circulante	14 a.	212.101	160.064
		222.366	163.822

- (i) Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. (arrendadora), no qual a LD Florestal S.A subarrendou as terras arrendadas da Ligna para a Duratex S.A, essa cessão foi feita com a anuência da Ligna Florestal Ltda. Na mesma data foi firmado contrato de usufruto oneroso entre LD Florestal S.A e LD Celulose S.A transferindo o direito de uso da propriedade para a LD Celulose S.A, a partir de 1º de fevereiro de 2020.

10 Ativo biológico

	2020	2019 (Não auditado)
Reservas florestais	48.039	-
	48.039	-

a. Movimentação do ativo biológico

Saldo inicial em 01 de janeiro de 2020	-
Aquisição de ativo biológico	38.810
Custos Capitalizados	10.952
Varição no valor justo	(1.723)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	48.039

Em 31 de dezembro de 2020 o plantio de árvores abrangia aproximadamente 3.560 hectares de plantações de Eucalipto, que incluíam desde plantações recentes quanto plantações de até onze anos. O montante de R\$ 7.635 destas árvores tinham menos de um ano e considerava-se que ainda não atingiram a maturidade.

O valor justo dos ativos biológicos considera o valor presente do fluxo de caixa líquido esperado da plantação. As projeções de fluxo de caixa incluem estimativas específicas para 7 anos. Os fluxos de caixa líquidos esperados são descontados utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco.

11 Mútuo com partes relacionadas

a. Composição do saldo

	Nota	Taxa de juros	Vencimento	2020	2019 (Não auditado)
LD Celulose S.A. (i)	14 a.	100% do CDI	Dez/2023	135.529	113.839
				135.529	113.839

- (i) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. Em 2020, um novo empréstimo foi cedido à LD Celulose no valor de R\$ 163.000 mediante mesmas condições contratuais.

b. Conciliação dos fluxos de caixa das atividades de financiamento

	2020	2019 (Não auditado)
Saldo inicial	113.839	5.510
Empréstimos cedidos	163.000	106.446
Juros apropriados	2.690	1.883
Recebimento de principal	(141.363)	-
Recebimento de juros	(2.637)	-
	135.529	113.839

12 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para cultivo de eucalipto e pinus no período de 30 (trinta) anos. O contrato de arrendamento inclui a opção para renovação do arrendamento por um período adicional de 19 (dezenove) anos após o término do prazo do contrato.

Movimentação do ativo de direito de uso

Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Adoção inicial	165.523
Cessão do direito de uso	(165.523)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	-
Novos contratos de arrendamento	48.492
Direito de uso de terras (ITBI)	21.830
Amortização (ITBI)	(667)
Amortização do direito de uso	(1.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	68.590

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldo em 1º de janeiro de 2019		-
Adoção inicial		165.523
Apropriação de juros		2.190
Pagamentos		(1.701)
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		166.012
Passivo circulante		5.948
Passivo não circulante		160.064
Novos contratos		47.862
Remensuração		57.441
Apropriação de Juros (i)		32.817
Pagamento de principal		(1.569)
Pagamento de juros		(30.178)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		272.349
Passivo circulante		11.936
Passivo não circulante		260.413

- (i) Os montantes de R\$ 3.793 são reclassificados para a rubrica de ativos biológicos para a composição do custo de formação.

13 Fornecedores

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores mercado interno		10.163	-
Fornecedores partes relacionadas	14 a.	3.073	-
		13.236	-
Circulante		12.291	-
Não circulante		945	-

14 Partes relacionadas

a. Coligadas

Transações e saldos

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Ativo - circulante			
Arrendamentos a receber – Duratex Florestal - (i)	9	-	3.758
Arrendamentos a receber – LD Celulose S.A - (i)	9	<u>10.265</u>	<u>-</u>
Total		<u>10.265</u>	<u>3.758</u>
Ativo - não circulante			
Empréstimos a receber – LD Celulose S.A - (ii)	11	135.529	113.839
Arrendamentos a receber – Duratex Florestal - (i)	9	-	160.064
Arrendamentos a receber – LD Celulose S.A - (i)	9	<u>212.101</u>	<u>-</u>
Total		<u>347.630</u>	<u>273.903</u>
Passivo circulante			
Contas a pagar – LD Celulose S.A	13	3.073	-
Outras contas a pagar – Ligna Florestal S.A		2.524	2.211
Resultado			
Juros sobre empréstimos a receber -LD Celulose (ii)	11	2.690	1.882

- (i) Em 21 de junho de 2018 foi firmado contrato de arrendamento rural entre LD Florestal S.A. (subarrendadora), Duratex Florestal Ltda. (subarrendatária) e Ligna Florestal Ltda. Neste contrato, a LD Florestal firmou o subarrendamento rural para a Duratex Florestal, com a concordância da Ligna.
- (ii) Em 12 de dezembro de 2018 foi celebrado contrato de mútuo entre LD Florestal S.A. e LD Celulose S.A. O empréstimo foi realizado em moeda nacional, os juros são apurados com base no percentual de 100% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro), sendo registrado pelo regime de competência. O IOF decorrente da operação deste empréstimo vem sendo calculado e recolhido conforme determina a legislação vigente. Em 28 de outubro de 2019 foi celebrado o 1º aditamento ao contrato de mútuo, aumentando o limite do valor de R\$ 58.468 para R\$177.452.

Os membros-chave da Administração são remunerados pelas partes relacionadas LD Celulose S.A e suas remunerações não impactam o resultado da Companhia.

b. Outras partes relacionadas

	Nota	2020	2019 (Não auditado)
Banco Itaú S.A (i)	8	<u>4.386</u>	<u>-</u>
		<u>4.386</u>	<u>-</u>

- (i) Refere-se ao saldo de caixa e equivalentes de caixa junto ao Banco Itaú, pertencente ao mesmo grupo econômico da coligada Duratex S.A.

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social totalmente subscrito em moeda corrente nacional é de R\$ 177.452 (R\$ 177.452 em 31 de dezembro de 2019), dividido em 136.286.218 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (136.286.218 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2019).

b. Distribuição de lucros

Os acionistas terão direito a dividendo obrigatório equivalente a 1% do lucro líquido anual da Companhia para cada ano fiscal, com os seguintes ajustes: (i) adição de valores que resultem da reversão de reservas para perdas prevista; (ii) dedução de quantias alocados na Reserva Legal da Companhia; e (iii) dedução das quantias alocadas para reserva de perdas.

A seguir está detalhada a distribuição dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio propostos pela Administração:

	2020	2019 (Não auditado)
Lucro líquido do exercício	339	2.687
Constituição da reserva legal	(17)	(134)
Valor disponível para distribuição	322	2.553
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	3	26

c. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido anual conforme previsto na legislação vigente, limitada a 20% do capital social.

d. Reserva de investimento e capital de giro

Conforme previsto pelo estatuto da Companhia, as reserva de investimentos e capital de giro estão limitadas a 20% do capital social da Companhia, em consonância com o permitido pelo artigo 194 da Lei das S.A.

16 Despesas gerais e administrativas

	2020	2019 (Não auditado)
Contabilidade	(112)	(291)
Impostos, taxas e contribuições	(247)	-
Cartório	(426)	(304)
Outras despesas gerais e administrativas	(12)	(21)
Total	(797)	(616)

17 Outras receitas (despesas) operacionais

	2020 (Não auditado)	2019 (Não auditado)
Varição no valor justo de ativo biológico	(1.723)	-
Amortização direito de uso (ITBI)	(852)	-
Outras receitas operacionais	80	-
	<u>(2.495)</u>	<u>-</u>

18 Receitas e despesas financeiras líquidas

	2020	2019 (Não auditado)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeira	1.558	3.728
Juros ativos	3.362	1.882
Outras despesas bancárias	<u>1</u>	<u>1</u>
	<u>4.921</u>	<u>5.611</u>
Despesas financeiras		
Juros passivos	(557)	(3)
Imposto sobre operações financeiras – IOF	(512)	(964)
Outras	<u>(82)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(1.151)</u>	<u>(968)</u>
Total	<u>3.770</u>	<u>4.643</u>

19 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2020	2019 (Não auditado)
Imposto de renda	(96)	(979)
Contribuição social	<u>(43)</u>	<u>(361)</u>
	<u>(139)</u>	<u>(1.340)</u>

b. Imposto de renda e contribuição social - conciliação entre as alíquotas nominal e efetiva

A conciliação entre o total das despesas de imposto de renda e contribuição social, apurado conforme alíquotas nominais, e o total registrado no resultado do exercício é resumida da seguinte forma:

	2020	2019 (Não auditado)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	478	4.027
Alíquota combinada de IR/CS	34%	34%
Lucros antes do imposto de renda e da contribuição social ajustado	(162)	(1.369)
(+) Adições/Exclusões	23	29
Total despesas com IR/CS	(139)	(1.340)
Alíquota Efetiva	29,1%	33,3%

20 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

a. Gerenciamento do capital

A prática da Diretoria é conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do mercado e do desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora a performance financeira de cada unidade de negócio através de um grupo de indicadores. A estratégia na gestão de capital tem visão de longo prazo e apresenta caráter conservador na tomada de decisão para assumir risco na gestão de capital. O crescimento das operações é suportado por ganhos de produtividade e de qualidade, e por inovação de produtos.

A Companhia monitora o capital usando um índice de alavancagem representado pela ‘dívida líquida ajustada’, dividido pelo ‘patrimônio líquido’. Para este propósito, ‘dívida líquida ajustada’ é definida como o total dos passivos (incluindo empréstimos e financiamentos e obrigações por arrendamentos mercantis financeiros), menos caixa e equivalentes de caixa.

b. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros

31 de dezembro de 2020		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>		
Ativos Financeiros	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	8	4.387	-	4.387	4.387
Arrendamentos a receber	9	222.366	-	222.366	222.366
Outros créditos		28		28	28
Mútuo com partes relacionada	11	135.529	-	135.529	135.529
		362.310	-	362.310	362.310

31 de dezembro de 2019 (Não auditado)		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>		
Ativos Financeiros	Nota	Ativos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros não mensurados a valor justo					
Caixa e equivalentes de caixa	7	82.774	-	82.774	82.774
Arrendamentos a receber	8	163.822	-	163.822	163.822
Mútuo com partes relacionadas	10	113.839	-	113.839	113.839
Outros créditos		1.001		1.001	1.001
		361.436	-	361.436	361.436

Passivos financeiros

31 de dezembro de 2020		<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>		
Passivos financeiros	Nota	Passivos financeiros a custo amortizado	Nível 1	Nível 2	Total
Fornecedores	12	13.236	-	13.236	13.236
Outras contas a pagar		48	-	48	48
		13.284	-	13.284	13.284

c. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

As tabelas abaixo apresentam as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 para instrumentos financeiros mensurados ao valor justo no balanço patrimonial. Os processos de avaliação estão descritos na Nota explicativa 4.

Tipo	Técnica de avaliação	Inputs significativos não-observáveis	Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	Técnica de comparação de mercado / fluxos de caixa descontados: O valor justo é estimado considerando (i) preços cotados atuais ou recentes para títulos idênticos em mercados que não estão ativos e (ii) o valor presente líquido calculado usando taxas de desconto derivadas de retornos correntes cotados de títulos negociados em mercados ativos com prazo de vencimento e classificação de crédito similares, ajustado por um fator de liquidez.	Não aplicável	Não aplicável
Outros passivos financeiros	Fluxos de caixa descontados: O modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto (taxas de Mercado divulgadas por fontes externas - BM&F Bovespa e AE Broadcast) ajusta ao risco.	Não aplicável	Não aplicável

d. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta reflete em aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégicos-operacionais (tais como comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura) são endereçados pelo modelo de gestão da Administração. A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle visando a liquidez, rentabilidade e segurança.

A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia possui uma política conservadora de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros monitorada pela Administração, sendo que esta possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Administração são:

- Risco de mercado;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Concentração de fornecedor.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia não considera ter risco de mercado, que é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros, pois a Companhia não possui transações em moeda estrangeira, não possui empréstimos significativos e suas aplicações financeiras estão atreladas a variações de mercado imateriais.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital.

e. Risco de mercado

Está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos podem sofrer alterações. Para minimizar os riscos, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço no mercado.

f. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

Caixa e equivalente de caixa

Os riscos de crédito de caixa e equivalentes de caixa decorrem, principalmente, da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Companhia.

Regularmente a Administração executa análise de crédito das instituições nas quais mantém relacionamento por meio de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outras. Equivalentes de caixa são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e liquidez. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes.

g. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A gestão de fluxo de caixa da Companhia é acompanhada diariamente e tem um planejamento rigoroso mensal e anual.

A Companhia exerce uma gestão financeira bem conservadora na consideração de risco de liquidez, não assume dívidas para obter crescimento, e os investimentos são realizados com capital próprio e proveniente da geração de caixa da própria operação mercantil. Também, estrategicamente, mantém-se uma reserva financeira com o objetivo de dar segurança aos negócios e a nossos fornecedores e credores.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Fluxo de caixa contratual	Até 6 meses	6 - 12 meses	Acima de 1 ano
Fornecedores	13.236	12.291	-	945
Passivos de arrendamento	272.349	5.968	5.968	260.413
Outras contas a pagar	48	48	-	-
	<u>285.633</u>	<u>18.307</u>	<u>5.968</u>	<u>261.358</u>

h. Risco de preço de ativos biológicos

A Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 R\$ 48.039 em ativos biológicos, os quais foram avaliados pelos seus valores justos, sendo a variação entre o valor contratado e o valor justo registrada nas demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade – Ativos Biológicos

O quadro a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos cenários apresentados.

Para o cenário provável foram utilizados os valores contábeis, para os demais cenários foram considerados os impactos no resultado decorrentes das variações dos preços de mercado apurados após a substituição das taxas de mercado utilizadas para apuração do valor justo registrado contabilmente por taxas estressadas de acordo com os cenários apresentados.

Dentre as variáveis que afetam o cálculo do valor justo dos ativos biológicos, destacam-se a variação no preço da madeira e a taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. O preço médio em 31 de dezembro de 2020 era de R\$ 48,96 /m³. Aumentos no preço acarretam aumento no valor justo das florestas. A cada 5% de variação no preço, o impacto sobre o valor justo das florestas seria da ordem de R\$ 2.113.

Em relação à taxa de desconto, foi utilizada 6,93% a.a. em 31 de dezembro de 2020. Aumentos na taxa acarretam em queda no valor justo da floresta. Cada 5% a.a. de variação na taxa afetariam o valor justo em cerca de R\$ 129.

De acordo com a hierarquia do CPC 46 – Mensuração do Valor Justo, o cálculo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3, por conta de sua complexidade e estrutura de cálculo.

		2020				
		Cenários – Preço de mercado				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
Ativos biológicos		48.039	423	2.113	(423)	(2.113)
		48.039	423	2.113	(423)	(2.113)
		2020				
		Cenários – taxa de desconto				
		I Provável	II 1%	III 5%	IV (1%)	V (5%)
Ativos biológicos		48.039	(127)	(26)	26	129
		48.039	(127)	(26)	26	129

i. Derivativos

A Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

21 Eventos subsequentes

Durante o 1º trimestre de 2021, a Companhia formalizou cinco novos contratos de arrendamento de terras, totalizando uma área de 752 hectares. O valor registrado como direito de uso e passivo de arrendamento no período foi de R\$5.502.

Em fevereiro de 2021, a Companhia adquiriu uma reserva florestal de eucalipto em formação no valor de R\$2.243.